

POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR EM SANTA CATARINA

ACCESSIBILITY AND INCLUSION POLICIES IN PUBLIC HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS IN SANTA CATARINA

Jeovana Diomar Pinheiro Januário ¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as diretrizes e práticas relacionadas à acessibilidade e inclusão em instituições de ensino superior. A pesquisa busca compreender como as universidades brasileiras têm abordado a questão da acessibilidade para estudantes com deficiência. A metodologia adotada envolve uma revisão detalhada de documentos institucionais, incluindo políticas de acessibilidade, planos de inclusão, relatórios anuais e outros materiais relevantes. A análise foi conduzida com base em uma amostra de duas universidades públicas e um instituto federal, buscando identificar padrões comuns, lacunas e boas práticas. Os resultados revelam que todas as instituições analisadas demonstraram um compromisso satisfatório com a promoção de políticas de acessibilidade e inclusão. As três instituições apresentaram documentos formais abrangentes e bem estruturados, com ações voltadas à eliminação de barreiras. A análise também destaca a importância de uma abordagem integrada que combine diretrizes institucionais com práticas efetivas no cotidiano acadêmico e administrativo.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Instituição Federal de Ensino Superior.

Abstract: This article aims to analyze the guidelines and practices related to accessibility and inclusion in higher education institutions. The research seeks to understand how Brazilian universities have addressed accessibility for students with disabilities. The methodology involves a detailed review of institutional documents, including accessibility policies, inclusion plans, annual reports, and other relevant materials. The analysis was conducted based on a sample of two public universities and one federal institute, aiming to identify common patterns, gaps, and best practices. The results reveal that all analyzed institutions demonstrated a satisfactory commitment to promoting accessibility and inclusion policies. The three institutions presented comprehensive and well-structured formal documents, with actions aimed at eliminating barriers. The analysis also highlights the importance of an integrated approach that combines institutional guidelines with effective practices in everyday academic and administrative contexts.

Keywords: Accessibility. Inclusion. Federal Institution of Higher Education.

¹ Mestrado em Planejamento e Controle de Gestão da UFSC, Doutoranda em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento da UFSC, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1722798488007483>, Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6875-8865>, E-mail: jeovanadpi@gmail.com

Introdução

A acessibilidade e a inclusão são questões fundamentais no contexto das instituições de ensino superior, especialmente em um país como o Brasil, caracterizado por sua diversidade e desigualdade. Nos últimos anos, o tema da acessibilidade ganhou atenção, com a implementação de legislações que visam garantir o acesso de estudantes com deficiência ao ambiente acadêmico. No entanto, a efetividade dessas políticas ainda são áreas de debate e análise, o que torna relevante a investigação das políticas de acessibilidade e inclusão.

Com o avanço das políticas públicas de inclusão e a criação de leis como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), as instituições de ensino superior têm sido desafiadas a adotar práticas que promovam a acessibilidade e a inclusão de maneira mais eficaz. No entanto, a realidade observada nas universidades revela uma disparidade significativa na implementação dessas políticas, refletindo diferenças na infraestrutura, no treinamento de pessoal.

Embora muitas universidades tenham formalmente adotado políticas de acessibilidade, a eficácia real dessas medidas e a sua capacidade de transformar o ambiente acadêmico permanecem incertas. A análise das diretrizes e práticas atuais revela lacunas na implementação, desafios na adaptação das infraestruturas e a necessidade de um compromisso mais profundo com a inclusão. Esses problemas são agravados pela falta de monitoramento contínuo e de avaliações sistemáticas sobre a efetividade das políticas em promover um ambiente verdadeiramente acessível e inclusivo.

O artigo oferece uma contribuição significativa ao mapear e analisar as políticas de acessibilidade e inclusão em diferentes instituições de ensino superior, destacando tanto as boas práticas quanto as áreas que necessitam de atenção. Ao fornecer uma visão detalhada sobre a implementação e a eficácia dessas políticas, a pesquisa apoia a melhoria contínua das práticas de inclusão e a criação de um ambiente universitário mais acessível para todos.

O objetivo geral deste artigo é analisar as diretrizes e práticas relacionadas à acessibilidade e inclusão em instituições de ensino superior, por meio de uma revisão documental, para avaliar a efetividade das políticas implementadas e identificar oportunidades para aprimoramento.

Metodologia

Para o desenvolvimento do objetivo proposto, delineou-se a pesquisa no seguinte enquadramento metodológico: de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, por meio de pesquisa documental, com a utilização de observação.

A pesquisa é do tipo documental, uma vez que utiliza como base de dados relatórios e instruções, disponíveis em meio eletrônico no site das unidades de Acessibilidade Educacional das IFES. Conforme Gil (2008), a pesquisa documental se assemelha com a pesquisa bibliográfica, e se diferencia pela natureza das fontes. Neste caso, utilizam-se materiais que não passaram por tratamento analítico, ou que ainda podem ser reestruturados de acordo com os objetos da pesquisa.

A natureza do objetivo de pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois as necessidades dos alunos com deficiência nas Universidades Federais não é um fenômeno novo a ser explorado, por esse motivo essa pesquisa buscou o apoio de estudos que tratam sobre o tema. A pesquisa descritiva, conforme Gil (2008, p. 28) “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos”. Uma de suas aplicações é por meio de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

A abordagem do problema de pesquisa é qualitativa, visto que segundo Richardson (1999, p. 102),

o conteúdo das atividades é analisado em busca de “aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de atores envolvidos no fenômeno”. A pesquisa qualitativa se caracteriza, Segundo Yin (2016), pelo esforço em se buscar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte, considerando-se a possível complexidade do universo da pesquisa e a pluralidade de seus integrantes.

Esta pesquisa analisou as políticas de acessibilidade e inclusão em três instituições de ensino superior no Brasil, representando diferentes tipos de instituições: uma universidade pública federal, uma universidade pública estadual e um instituto federal.

Assim, foram selecionadas três instituições de ensino superior para a análise documental:

- Universidade Pública Federal (UFSC): Representa uma instituição federal de grande porte com uma diversidade significativa de cursos e programas.
- Universidade Pública Estadual (UDESC): Oferece uma perspectiva sobre a implementação de políticas de inclusão na maior instituição de ensino público superior do estado de Santa Catarina.
- Instituto Federal (IFC): é um exemplo de instituição que integra a educação técnica e tecnológica federal com programas de ensino superior.

A seleção foi baseada na diversidade de perfis institucionais para obter uma visão abrangente das práticas de acessibilidade e inclusão em diferentes contextos.

Os documentos foram obtidos por meio de solicitações formais às instituições e acessados através dos sites institucionais, quando disponíveis. A coleta de dados envolveu a análise de documentos institucionais relevantes para a acessibilidade e inclusão, incluindo:

- Planos de Ação e Relatórios: Relatórios de Gestão (UDESC); Criação e fortalecimento da acessibilidade educacional e apoio estudantil no CERES/UDESC”; Projeto de Extensão “CAE em Pauta”(UFSC)
- Diretrizes e Regulamentos Internos: Resolução nº 33/2019 – Consuper/IFC (IFC); Projeto Núcleo de Acessibilidade Educacional (UDESC); Princípios gerais das ações de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência (UFSC).
- Materiais Didáticos e Recursos Digitais: Cartilha de Orientações para atender pessoas com deficiência desenvolvida pela Coordenação Institucional do NAPNE (IFC). Levantamento de Acessibilidade no Âmbito dos Centros (UDESC); Orientações aos docentes e técnicos administrativos, Informações Gerais sobre TDAH, Dicas de descrição de imagens, Acessibilidade Digital em documentos (UFSC).

Para garantir a validade dos dados, foi realizada uma triangulação das informações. Isso envolveu a comparação dos dados obtidos com informações secundárias, como revisões de literatura e diretrizes nacionais sobre acessibilidade.

A pesquisa é limitada pela disponibilidade e acessibilidade dos documentos das instituições. Em alguns casos, informações específicas podem não estar totalmente atualizadas ou disponíveis publicamente. A análise foi conduzida com base nos documentos acessíveis e nas informações fornecidas pelas instituições.

Resultados

Os documentos foram lidos atentamente e codificados para identificar temas e categorias relacionados às políticas de acessibilidade e inclusão.

Os dados quantitativos acerca dos estudantes com deficiência, altas habilidades/superdotação e necessidades educacionais específicas da graduação na Universidade Federal de Santa Catarina foram obtidos a partir do sistema de gestão acadêmica, através da autodeclaração dos estudantes de graduação, disponibilizados no site da Coordenação de Acessibilidade Educacional (CAE). Na universidade do Estado de Santa Catarina, pesquisou-se os documentos disponibilizados pelo Núcleo de Acessibilidade

Educacional (NAE) e no Instituto Federal Catarinense, os dados foram obtidos por meio do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

Os documentos localizados foram:

- Relatórios de Gestão (UDESC);
- Criação e fortalecimento da acessibilidade educacional e apoio estudantil no CERES/UDESC”;
- Projeto de Extensão “CAE em Pauta”(UFSC)
- Resolução nº 33/2019 – Consuper/IFC (IFC);
- Projeto Núcleo de Acessibilidade Educacional (UDESC);
- Princípios gerais das ações de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência (UFSC)
- Cartilha de Orientações para atender pessoas com deficiência desenvolvida pela Coordenação Institucional do NAPNE (IFC)
- Levantamento de Acessibilidade no Âmbito dos Centros (UDESC);
- Orientações aos docentes e técnicos administrativos, Informações Gerais sobre TDAH, Dicas de descrição de imagens, Acessibilidade Digital em documentos (UFSC).

A) Universidade Federal de Santa Catarina

Na UFSC, partir dos dados verifica-se que em 2023, dos 503 alunos com deficiência autodeclaradas, destacam-se a surdez 74 (14,4%), 70 (13,91%) outras deficiências e 48 (9,54%) deficiência visual. Salienta-se que há estudantes com deficiência que optaram pela não declaração. Pode o mesmo estudante ter uma ou mais deficiência. Assim em 2023 tem-se o registro de 503 condições de deficiência, dentre um total de 446 estudantes.

Como principal prática de inclusão ao aluno com TEA a CAE apresenta orientações aos docentes para facilitar os processos pedagógicos, e traz recomendações para que os professores possam consultar um material explicativo “proporcionando, assim, melhor acolhimento dos estudantes com deficiência na Universidade Federal de Santa Catarina. Além disso, é esclarecido o papel do estagiário de acessibilidade no auxílio do estudante com deficiência. Os arquivos contam com acessibilidade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2023).

Observa-se que cada pessoa com deficiência enfrenta diferentes obstáculos, assim como singulares histórias de vida, “habilidades individuais, estilos de aprendizagem, estratégias de enfrentamento, redes de apoio social, entre outros aspectos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2023).

Quanto as orientações pedagógicas, no que se refere às ações de acessibilidade educacional para estudantes com deficiência, “pode-se elencar algumas estratégias de aprendizagem, as quais beneficiarão também os demais estudantes da turma” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2023):

Na explicação do conteúdo, levar em conta os diferentes estilos de aprendizagem dos estudantes. É possível se apoiar em figuras, encenações, demonstrações, sentenças simples e curtas, sentenças completas e repletas de detalhes. [...] Em avaliações, é possível adicionar/falar exemplo(s), logo após o enunciado da questão, para ilustrar o que é solicitado. Pode-se oferecer formato de respostas curtas, respostas de múltipla escolha, respostas dissertativas etc. É possível seccionar as instruções/enunciados em pequenos passos [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2023).

No caso do Autismo, é sugerido disponibilizar a utilização de dispositivos eletrônicos, como um notebook, para estudantes com autismo que manifestem dificuldades no desenvolvimento motor fino, o que pode mitigar possíveis interferências na compreensão e avaliação devido à caligrafia prejudicada. Além disso, recomenda-se proporcionar oportunidades para a realização de tarefas análogas à avaliação,

seja durante as aulas ou em ambiente domiciliar, como a execução de simulados que reproduzam o raciocínio e formato da avaliação em questão.

A revisão coletiva das avaliações, com a explicação de erros e acertos, é aconselhada como prática pedagógica. Além disso, é sugerido informar previamente o tempo estimado para a realização de cada atividade ou avaliação, indicando claramente seu início e término. Intervenções temporais, como atualizações.

No contexto de atividades que exigem colaboração em grupo, é oferecido apoio na constituição desses grupos, com atenção especial ao agrupamento de estudantes com deficiência. Onde for viável, é aconselhável facultar a opção de realizar uma tarefa de forma coletiva ou individual. Independentemente da escolha, oriente a definição de parâmetros essenciais, como o escopo de conteúdo, a duração da apresentação, o número total da apresentação.

Recomenda-se fornecer *feedback* sistemático (WAISMAN et al., 2023). no que tange ao processo de aprendizagem, estimulando iniciativas e obtendo experiências dos estudantes. Em situações em que a participação do estudante se prolonga, abordando questões não diretamente relacionadas ao conteúdo em pauta e, por conseguinte, comprometendo a dinâmica da aula, destaca-se a necessidade de retomar o controle da condução da aula. Isso pode ser aprimorado ao estabelecer limites à intervenção verbal do estudante, adotando abordagens como expressão de gratidão pelas contribuições e, simultaneamente.

Recomendam que o estudante compreenda de maneira clara as expectativas que recai sobre sua participação na prova. Uma estratégia sugerida, consiste na organização da prova por meio de eixos, destacando os temas, aspectos e assuntos pertinentes a cada questão. A incorporação de dados concretos, em conformidade com o material abordado na sala de aula e os textos treinados, contribui significativamente para contextualizar a abordagem que se espera na resposta à prova.

Para aluno com deficiência auditiva traz instruções para a comunidade e descreve as características da deficiência auditiva/surdez a qual traz mudanças especialmente na forma de se comunicar, mas a deficiência é sentida na medida em que os ambientes não estão preparados para acolher diferentes formas de comunicação e acesso ao conteúdo.

Anualmente, a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE) da Universidade Federal de Santa Catarina encabeça campanhas como o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, uma importante data que objetiva fortalecer os direitos das pessoas com deficiência e promover o respeito e a inclusão. O intuito de ampliar o conhecimento de toda comunidade acadêmica a respeito da inclusão de pessoas com deficiência e outras necessidades educacionais específicas no ensino superior.

b) Universidade do Estado de Santa Catarina

Na UDESC, o Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) tem como objetivo acompanhar os estudantes que são público-alvo da Educação Especial (PAEE), abrangendo pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, além de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE). A principal função do NAE é orientar e oferecer suporte aos centros da UDESC para que garantam condições adequadas de permanência e o pleno desenvolvimento do potencial desses estudantes ao longo do processo de ensino e aprendizagem, promovendo sua inclusão na universidade.

O NAE segue as legislações vigentes, priorizando a promoção da acessibilidade atitudinal e metodológica. Seu compromisso central é viabilizar o pleno potencial dos estudantes, assegurando sua inclusão na universidade.

Os dados referentes aos acadêmicos com deficiência, matriculados nos cursos de graduação da UDESC, são obtidos a partir do Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA) por meio da autodeclaração dos veteranos no momento da renovação de matrícula e pelos calouros no ato de matrícula nas Secretarias

de Ensino de Graduação. Em 2024, foram registrados 318 alunos que se autodeclararam com deficiências como baixa visão, autismo, dificuldade de aprendizagem e deficiência física.

O NAE realiza a orientação e mediação dos estudantes autodeclarados com deficiência ou dificuldade de aprendizagem por meio de e-mails, nos quais apresenta o trabalho desenvolvido pelo Núcleo e oferece acompanhamento, se necessário. Além disso, o atendimento ocorre por meio de plataformas como Teams e Google Meet, envolvendo tanto os alunos quanto os professores responsáveis pelos departamentos aos quais os estudantes estão vinculados.

No caso de alunos com deficiência auditiva, o NAE gerencia as intérpretes de Libras, assegurando que as demandas de interpretação em eventos internos, a tradução de vídeos institucionais e editais de processos seletivos sejam atendidas. Para alunos com deficiência visual, incentiva-se a participação dos professores em cursos de capacitação sobre acessibilidade voltada para esse público.

c) Instituto Federal Catarinense

No Instituto Federal Catarinense (IFC), o Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é um órgão de natureza propositiva e consultiva, instituído pela Política de Inclusão e Diversidade (Resolução nº 33/2019 – Consuper/IFC). O NAPNE se destaca como um núcleo inclusivo, voltado para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas, buscando ampliar a acessibilidade, minimizar barreiras e garantir equidade de condições, além de combater o capacitismo, especialmente no âmbito institucional.

As atividades do NAPNE incluem o fomento de estudos sobre as questões relativas à inclusão e a implementação de medidas que eliminem barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, tecnológicas e, sobretudo, atitudinais. As barreiras atitudinais, conforme tipificadas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), são enfrentadas cotidianamente e se manifestam por meio de comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social das pessoas com deficiência em igualdade de condições com as demais.

O atendimento prioritário do NAPNE orienta que, ao oferecer auxílio, deve-se perguntar à pessoa com deficiência se ela necessita de ajuda e, caso a resposta seja afirmativa, questionar como proceder. Muitas vezes, as pessoas com deficiência não precisam de assistência, pois possuem autonomia para realizar suas ações.

Para atender alunos com surdez, é importante verificar se são usuários de Libras ou se se comunicam por leitura labial. Caso utilizem Libras, deve-se solicitar a presença de um intérprete de Libras e dirigir sempre a comunicação diretamente à pessoa, e não ao intérprete.

No caso de alunos com deficiência visual, a orientação é aproximar-se com um toque sutil no ombro ou antebraço, identificando-se ao falar e avisando sobre sua saída ou retorno para evitar constrangimentos. Já para alunos com deficiência intelectual, recomenda-se o uso de expressões simples e explicações objetivas, além de demonstrações práticas quando necessário, respeitando o tempo de assimilação e resposta, pois cada pessoa tem suas próprias características.

Discussão

A comparação entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e o Instituto Federal Catarinense (IFC) revela como essas três instituições têm abordagens distintas, mas complementares, para promover a acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiência em seus campi.

A seguir, apresenta-se uma tabela comparativa entre as três instituições (UFSC, UDESC e IFC) com base nas informações sobre suas políticas e práticas de acessibilidade e inclusão:

Tabela 1. Estudos anteriores sobre o tema de pesquisa

Aspecto	UFSC	UDESC	IFC
Órgão responsável pela acessibilidade	Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE)	Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE)	Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)
Quantitativo de estudantes com deficiência	503 registros de deficiência autodeclarados em 446 estudantes (2023)	318 estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas (2024)	Não especificado
Principais deficiências declaradas	Surdez, outras deficiências, deficiência visual	Baixa visão, dificuldade de aprendizagem, autismo, deficiência física	Não especificado
Políticas e orientações pedagógicas	Orientações aos docentes para atender estudantes com TEA e outras deficiências, práticas de acessibilidade digital e física, suporte de estagiários de acessibilidade	Acompanhamento de estudantes com deficiência e NEE, atendimento individualizado, intérpretes para deficiência auditiva	Fomento de estudos e ações para eliminar barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais
Capacitação de docentes e técnicos	Disponibilização de materiais didáticos e cartilhas de orientações (TDAH, acessibilidade digital, etc.)	Participação dos professores em cursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual	Fomento de estudos sobre inclusão e capacitação para lidar com barreiras diversas
Ações de inclusão específicas para TEA	Uso de dispositivos eletrônicos, tarefas análogas às avaliações, feedback sistemático, explicações detalhadas	Atendimento via e-mail e plataformas como Teams e Google Meets	Diretrizes de comunicação claras e acompanhamento com tradutor intérprete para alunos com deficiência auditiva
Monitoramento e avaliação	Orientações para avaliações mais acessíveis (desmembramento de questões, linguagem simples, etc.)	Acompanhamento contínuo com suporte de professores e intérpretes	Diretrizes sobre como lidar com alunos com deficiência visual e auditiva, com foco em autonomia
Boas práticas de acessibilidade digital	Informações gerais sobre acessibilidade digital em documentos e recursos educativos	Levantamento de acessibilidade nos centros	Cartilha de Orientações para atender pessoas com deficiência
Normas e regulamentos internos	Princípios gerais das ações de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência (UFSC)	Projeto Núcleo de Acessibilidade Educacional; Relatórios de Gestão	Resolução nº 33/2019 – Consuper/IFC

Fonte: UFSC (2024), UDESC (2024) e IFC (2024).

O número de estudantes com deficiência varia nas instituições. A UFSC registrou 503 autodeclarações de deficiência em 446 estudantes até 2023, destacando-se os casos de surdez e deficiência visual. A UDESC, por sua vez, contabiliza 318 estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas (NEE), com destaque para baixa visão, dificuldade de aprendizagem e autismo. No IFC, os dados quantitativos não são especificados nos documentos consultados. Esses números são fundamentais para orientar as políticas de acessibilidade de cada instituição.

No que diz respeito às práticas pedagógicas, a UFSC destaca-se pelo fornecimento de orientações específicas para docentes sobre como atender estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiências. Essas orientações incluem o uso de dispositivos eletrônicos e ajustes nas avaliações. Na UDESC, há um acompanhamento individualizado para estudantes com deficiência e NEE, com o apoio de intérpretes para estudantes com deficiência auditiva. Já no IFC, as práticas são voltadas para a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais, além de diretrizes claras para professores e técnicos.

A UFSC se destacou pela ampla variedade de políticas de acessibilidade, com ênfase em estudantes com surdez, deficiências físicas, visuais e Transtorno do Espectro Autista (TEA). A instituição oferece estágios de acessibilidade, orientações aos professores e o uso de dispositivos eletrônicos para promover a inclusão e reduzir a ansiedade dos estudantes. Além disso, adota práticas pedagógicas diversificadas que respeitam os diferentes estilos de aprendizagem.

Na UDESC, o Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) desempenha um papel fundamental na implementação de políticas inclusivas, oferecendo suporte direto aos estudantes e docentes presencialmente e via plataformas online. Destacam-se o gerenciamento de intérpretes de Libras para eventos institucionais e a capacitação de professores em acessibilidade, promovendo inclusão atitudinal e metodológica na UDESC.

O Instituto Federal Catarinense (IFC), através do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), adota uma abordagem abrangente para eliminar barreiras e promover a equidade para pessoas com deficiência. O NAPNE implementa políticas que abordam desde a acessibilidade arquitetônica até barreiras atitudinais, combatendo o capacitismo. O IFC também investe na capacitação contínua dos servidores para oferecer o apoio necessário ao desenvolvimento acadêmico de todos os estudantes.

As três instituições também investem na capacitação de seus docentes e técnicos. A UFSC disponibiliza materiais e cartilhas de orientação, abordando temas como TDAH e acessibilidade digital. Na UDESC, os docentes participam de cursos específicos para inclusão de estudantes com deficiência visual, enquanto no IFC há um fomento à capacitação para lidar com barreiras diversas. Esses programas de capacitação são essenciais para criar um ambiente educacional mais inclusivo.

Por fim, todas as instituições enfrentam desafios em suas políticas de inclusão. Na UFSC, um dos desafios é o fato de alguns estudantes optarem por não declarar suas deficiências, o que pode dificultar o planejamento de ações inclusivas. Na UDESC, a integração entre os diferentes núcleos e setores que atendem os estudantes com deficiência precisa ser aprimorada. No IFC, as barreiras atitudinais e arquitetônicas ainda são um obstáculo significativo. Essas limitações indicam a necessidade contínua de melhorias nos programas de acessibilidade.

Considerações finais

O presente artigo abordou a temática da inclusão e do sucesso acadêmico de estudantes autistas em ambientes universitários, considerando as legislações e documentos orientadores em relação à acessibilidade na educação superior. A partir da análise das orientações aos docentes desenvolvidas pela Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE), vinculada à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE) da Universidade Federal de Santa Catarina, buscou-se compreender as estratégias adotadas para a inclusão do aluno com TEA.

Os resultados da pesquisa vão ao encontro dos estudos anteriores, que ressaltaram a barreiras e desafios – sociais, ambientais e estruturais Carvalho, Saço e Ferreira (2023), Pereira e Da Silva (2023), Vargas e Reis (2023), Maia e Salles, (2023), Santana e Santos (2024), Souza Da Silva (2024), Santos, Leitão, Silva, Garcês, Dias, Ferreira, Ribeiro, Mostarda, Dias Filho e Soares Junior (2024); e a necessidade de adoção de procedimentos previstos pra redução dessas barreiras muitas das quais poderiam ser abordados através de uma maior participação da pessoa com deficiência (Saldanha, Orlando e Bengtson, 2023; Costa, Medeiros e Souza (2024); Leite, Cabral e Lacerda (2023); De Oliveira, Silva, Cavalcanti, Duarte, Sampaio (2024); Santos, Vizolli e Costa (2024).

Como limitação de pesquisa, o trabalho teve por foco apenas as práticas documentadas para acessibilidade instituídas pelas unidades de acessibilidade divulgadas em site eletrônico em setembro de 2024. Logo, é necessária a análise aprofundada dessas ações como forma de continuidade da pesquisa. Além do mais, a inclusão de alunos com deficiência no ambiente universitário envolve um conjunto maior de variáveis “com questões críticas relacionadas às autistas e suas famílias, incluindo a necessidade de cuidados culturalmente sensíveis e acessíveis relacionados ao monitoramento do desenvolvimento, diagnóstico e cuidados de acompanhamento das necessidades dos indivíduos na transição crítica para a idade adulta (Hotez e Hudson, 2023).

Referências

ALMEIDA, J. G. de A.; FERREIRA, E. L. Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: Olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, spe, p. 67–75, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/047>.

ALMEIDA, J. G. de A.; BELLOSI, T. C.; FERREIRA, E. L. Evolução da matrícula de pessoas com deficiência na educação superior brasileira: Subsídios normativos e ações institucionais para acesso e permanência. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 10, esp.1, p. 643–660, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v10i5.7917>.

ANJOS, R. de C. A. A. dos; VASCONCELOS, I. C. O. de; CALIMAN, G. A colaboração entre o atendimento educacional especializado e a comunidade escolar. *Revista Intersaberes*, v. 16, n. 37, p. 280–305, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22169/revint.v16i37.1930>.

BERSCH, R. D. C. R. Design de um serviço de tecnologia assistiva em escolas públicas. 2009.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRUNO, M. M. G.; NASCIMENTO, R. A. L. D. Política de acessibilidade: O que dizem as pessoas com deficiência visual. *Educação & Realidade*, v. 44, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623684848>. Acesso em: 22 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Dispõe sobre as diretri-

zes nacionais para a educação especial na educação básica. Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

COSTA, J. A. da; NERES, C. C.; MOISÉS, R. R. Com a palavra os estudantes com deficiência visual: A acessibilidade na educação superior. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 13, n. 1, p. 1–17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v13n1a2024-68676>. Acesso em: 22 out. 2024.

COSTA, J. A. D.; ANACHE, A. A.; SEBASTIÁN-HEREDERO, E. Acessibilidade e justiça na educação superior dos estudantes com deficiência visual. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v. 10, n. 2, p. 39–50, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2023.v10n2.p39-50>. Acesso em: 22 out. 2024.

COSTA, J. M. de M.; PIECZKOWSKI, T. M. Z. Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária. *Educação em Revista*, v. 36, p. e208179, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698208179>. Acesso em: 22 out. 2024.

COSTA, J. M. de M.; PIECZKOWSKI, T. M. Z. Percepção dos gestores sobre a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior. *Perspectiva*, v. 37, n. 4, p. 982–1000, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e61918>. Acesso em: 22 out. 2024.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOTEZ, E.; HUDSON, S. Expanding on “Screening, Diagnosis, and Intervention for Autism: Experiences of Black and Multiracial Families Seeking Care” to support BIPOC autistic postsecondary students. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 53, p. 3717–3721, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10803-023-06001-x>. Acesso em: 22 out. 2024.

LEAL, W. F.; PIRES, M. S. Inclusão social de pessoas com deficiência visual: Uma análise da legislação brasileira e seus desafios sociais. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 1, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.61164/rmnm.v1i1.2041>. Acesso em: 22 out. 2024.

NORONHA, L. F. *Formação continuada de professores do ensino médio para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. 2017.

OLIVEIRA, R. Q. de et al. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 2, p. 299–314, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000200011>. Acesso em: 22 out. 2024.

OLIVEIRA, G. K. A. P.; PIMENTEL, S. C. Inclusão na educação superior: Apontamentos sobre a afiliação de universitários com deficiência. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 5, p. e019017, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653637>. Acesso em: 22 out. 2024.

OLIVEIRA, C. B. de. Jovens deficientes na universidade: Experiências de acessibilidade? *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 55, p. 961–984, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000400009>. Acesso em: 22 out. 2024.

OLIVEIRA, G. K. A. P.; PIMENTEL, S. C. Afiliação de estudantes com deficiência na educação superior: Uma

contribuição a partir dos estudos de Alain Coulon. *Momento - Diálogos em Educação*, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/momento.v29i2.9427>. Acesso em: 22 out. 2024.

OLIVEIRA, C. B. de. Ações afirmativas e inclusão sustentável de estudantes com limitações por deficiência na educação superior. *Motriz: Revista de Educação Física*, v. 17, n. 3, p. 568–568, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-65742011000300020>. Acesso em: 22 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. 2006. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

PEREIRA ALENCAR, C.; ADOLPHO DALTIM ASSIS, D.; BARBOSA MUSSE, L. Da interdição civil à tomada de decisão apoiada: uma transformação necessária ao reconhecimento da capacidade e dos direitos humanos da pessoa com deficiência. *Revista De Estudos Empíricos Em Direito*, v. 3, n. 2, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.19092/reed.v3i2.134>. Acesso em: 22 out. 2024.

PINHEIRO, A. de C.; CRIVELLARI, H. M. T. Desafios da acessibilidade e da tecnologia assistiva na biblioteca universitária. *Informação em Pauta*, v. 6, especial, p. 32–52, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60770>. Acesso em: 22 out. 2024.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTANA, W. L.; SANTOS, G. A. M. Direito fundamental à educação: acessibilidade no ensino superior como instrumento de inclusão e igualdade. *Revista JRG De Estudos Acadêmicos*, v. 7, n. 14, p. e141227, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55892/jrg.v7i14.1227>. Acesso em: 22 out. 2024.

SILVA, L. S.; CAMPOS, V. T. B. Saberes necessários à docência na educação superior na perspectiva da educação para todos/as: inclusão de educandos/as com deficiência. *Revista de Educação Popular*, p. 192–213, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REP-2021-62391>. Acesso em: 13 set. 2024.

SILVA, J. S. S. da. A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade. *Revista Educação Especial*, v. 33, p. e46/1–24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X38311>. Acesso em: 13 set. 2024.

SILVA, J. S. S. da. Revisitando a acessibilidade a partir do modelo social da deficiência: experiências na educação superior. *Revista Educação Especial*, v. 31, n. 60, p. 197–214, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X23590>. Acesso em: 13 set. 2024.

SILVA, R. T. A banca da ciência e a pessoa com deficiência visual: um estudo sobre a acessibilidade atitudinal na difusão científica. 2018. *Dissertação (Mestrado)* — Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.100.2019.tde-13122018-034955>. Acesso em: 12 set. 2024.

SILVA, H. M. et al. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: revisão de literatura. *Revista Universidade*, v. 10, n. 2, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5892/ruvrv.2012.102.332342>. Acesso em: 13 set. 2024.

SILVA, M. C. da; PAVÃO, S. M. de O. Terminalidade específica para estudantes com deficiência na educação superior: práticas (a serem) implementadas? *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, p. e240054, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240054>.

SILVA JUNIOR, G. E. D. Tecnologia assistiva e as contribuições para a permanência da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho de uma instituição federal de ensino superior. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/handle/123456789/1982>.

SILVANA, C. A. M. B. I. A. G. H. I. Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

SOARES, A. C. S. A inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará: ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores. 2011. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/2771>.

SOUZA, E. C. de. Ensino básico de educação na ótica do conteúdo programático inclusivo e a interface da acessibilidade. *Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 8, p. 282–300, 2024. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/209>. Acesso em: 12 set. 2024.

SOUZA, L. B.; SÁ, I. S. de O. A psicopedagogia e a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. *ID on Line Revista de Psicologia*, v. 13, n. 47, p. 504–517, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/online.v13i47.2129>.

STEFFENS, S. F. Acessibilidade comunicacional para o website do Memorial IFRS Campus Sertão/NUMEM. 2023. Dissertação (Mestrado) — Instituto Politécnico de Leiria. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/9363>.

STELZER, J.; DE PIERI BERTOLDI, T.; DE MEDEIROS FIDÉLIS, M. Da interpretação normativa da lei nº 14.230/2021 frente ao direito de acessibilidade à educação da pessoa com deficiência. *IUS GENTIUM*, v. 13, n. 1, p. 191–211, 2023. Disponível em: <https://revistasuninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/698>. Acesso em: 1 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Orientações aos docentes Coordenadoria de Acessibilidade Educacional – Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Equidade. 2023. Disponível em: <https://cae.ufsc.br/docencia-acessivel/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

WAISMAN, T. et al. Aprendendo com os especialistas: Avaliando um treinamento participativo em autismo e design universal para educadores universitários. *Autismo*, v. 27, n. 2, p. 356-370, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13623613221097207>.

YIN, R. K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Penso, 2016.

Recebido em: 22 de outubro de 2024

Aceito em: 06 de abril de 2026